Data: 26-07-2013 13:51

Assunto: Divórcio Casa Morada de Família

Mensagem: Prezados senhores,

Sou casada em comunhão de bens com um homem há 10 anos, que tem um cargo público com salário muito inferior ao meu e temos 2 filhas. Há questão de uns 2 meses disse-me ter uma relação extra conjugal e não quer abdicar da família dele. Convive comigo sobre o mesmo tecto e a toda a hora descaradamente manda sms e mails à minha frente, para a amante. Acontece que não sei como me separar dele, pois ele não quer. O imóvel e que possuímos foi comprado com o dinheiro da venda de um imóvel meu de solteira e parte por dinheiro da família dele, já que ele não o tinha pessoalmente. A minha dúvida é esta. Como fazer para que possa usufruir com as minhas filhas da casa e pô-lo dali para fora. Posso argumentar que a casa seria para as miúdas e com meu usufruto? Ele segundo deduzo não quer arcar com as pensões das filhas nem abdicar do conforto que lhe proporciono e está a todo o momento a humilhar-me. Gostaria da vossa ajuda para sair dessa sem perdas de todos os sentidos.

Desde já agradeço qualquer orientação.

Uma resposta mais cuidada deste assunto, pressuporia uma análise mais aprofundada de todas as variáveis. Com a presente resposta, tentaremos fazer um enquadramento do regime jurídico aplicável e quais as possibilidades para resolver a questão.

Nos termos do artigo 1773º do CC, o divórcio pode assumir duas modalidades: **por mutuo consentimento** (quando ambos os cônjuges estão de acordo quanto ao divórcio) **ou sem consentimento de um dos cônjuges**. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, terá de ser requerido no tribunal com um dos fundamentos elencados no artigo 1781º do CC.

Artigo 1781.º Ruptura do casamento

São fundamento do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges:

a) A separação de facto por um ano consecutivo;

- b) A alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de um ano e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum;*
- c) A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a um ano;*
- d) Quaisquer outros factos que, independentemente da culpa dos cônjuges, mostrem a ruptura definitiva do casamento.*

A situação descrita, na questão colocada, enquadra-se na última alínea do citado artigo. **Assim, concluímos que o divórcio poderá ser requerido em tribunal com base na confissão de infidelidade e comportamento posterior do outro cônjuge.** Mais, tal comportamento não terá de ser comprovado, dado que a simples pretensão de divórcio é fundamento suficiente. Nos termos da actual legislação e jurisprudência, miguel será obrigado a permanecer casado contra a sua vontade.

A segunda questão, diz respeito à casa de morada de família.

Nos termos da Secção V (Regime de Bens), artigos 1717º e seguintes do Código Civil (doravante CC), existem 3 regimes possíveis. Comunhão de adquiridos, comunhão geral de bens e regime de separação de bens. Vamos assumir que o regime em causa é o da comunhão de adquiridos, por ser o regime supletivo e por a conclusão diferente não se chegar, na questão essencial, caso seja comunhão geral de bens.

Assim, nos termos do artigo 1724º do CC, a casa considerar-se-á um bem comum, por ter sido adquirida com participação de ambos, durante o casamento.

Artigo 1724.º Bens integrados na comunhão

Fazem parte da comunhão:

- a) O produto do trabalho dos cônjuges;*
- b) Os bens adquiridos pelos cônjuges na constância do matrimónio, que não sejam exceptuados por lei.*

Uma das questões mais sensíveis na acção de divórcio, é a atribuição da casa de morada de família (de forma mais simples, quem poderá continuar a residir na habitual morada de família). Nos termos do Código de Processo Civil (Lei 41/2013 de 26 de Junho de 2013), artigo 931º,

quem pretender usufruir da casa durante o processo de divórcio, deverá solicitar isso mesmo ao juiz mediante pedido devidamente fundamentado. O Tribunal, ouvidos os cônjuges, definirá em que termos a atribuição da casa de morada de família será realizada (quem terá direito à casa e se deverá ou não, e em que termos, pagar uma compensação mensal ao outro cônjuge.).

Importante salientar que a atribuição de casa de morada de família aqui tratada, refere-se apenas ao período em que decorre o processo de divórcio (e eventualmente num período determinado após a consumação do divórcio), já que a divisão dos bens (onde se inclui a casa) decorrerá nos termos normais da divisão de “coisa comum”. É difícil prever qual a decisão do juiz a cada caso concreto, no entanto a tendência será para que a casa de morada de família seja atribuída (enquanto dura o processo de divórcio) ao cônjuge ao abrigo de quem os filhos fiquem à guarda.

Assim se conclui, que a autora da questão poderá dar início ao divórcio mediante requerimento apresentado ao tribunal podendo ainda requerer que lhe seja atribuída a casa de morada de família (pelo período em que decorre o processo de divórcio).

Este artigo não consubstancia qualquer aconselhamento técnico, servindo apenas como uma ferramenta que pretende esclarecer sobre determinadas questões jurídicas. Os autores do artigo não poderão ser responsabilizados por qualquer procedimento adoptado com base na informação aqui exposta. Não foi efectuada qualquer reunião, presencial ou telefónica, com o autor da questão nem análise documental. Esses factos poderiam determinar conclusões diferentes daquelas, supra, apresentadas.